



Transidentidades e Psicanálise: Por um fazer clínico Não-Binário

*Iasminny Loiola Teixeira¹; Francisca Bárbara Costa Paulino²;
Leonardo José Barreira Danziato³*

Resumo: Objetivou-se discutir, nesse estudo, diferentes perspectivas de atuação na clínica psicanalítica considerando às questões transidentitárias não-binárias, a fim de explorar os desafios do fazer analítico nas multiplicidades em que é experienciado o gênero, fazendo emergir um olhar mais cauteloso e acolhedor para uma atuação clínica “desbinarizante”, refletindo sobre os atenuantes epistemológicos e culturais que circundam as transidentidades na pós-contemporaneidade. Foi utilizado como método à abordagem qualitativa a partir de pesquisas de levantamentos bibliográficos, que trazem questões salutares para a consolidação desta pesquisa. O estudo em questão foi conduzido a partir do aporte teórico da Psicanálise. A discussão acerca das transidentidades, por meio da abordagem psicanalítica, necessita estar em um campo aberto e atento às diferenças sexuais, sempre trans-disciplinarizando a escuta e considerando que o sujeito que chega à clínica ultrapassa as lógicas das categorizações biológicas e/ou sociais. Assim, escutá-lo sob a ótica do fazer clínico não-binário é necessário e transmuta-dor.

Palavras-chave: Clínico. Gênero. Não-binário. Psicanálise. Transidentidades.

Transidentities and Psychoanalysis: Towards a Non-Binary Clinical Approach

Abstract: The aim of this study was to discuss different perspectives on psychoanalytic clinical practice in relation to non-binary transidentity issues, in order to explore the challenges of analytical practice in the multiplicities in which gender is experienced, bringing out a more cautious and welcoming approach to “de-binarizing” clinical practice, reflecting on the epistemological and cultural mitigants that surround transidentities in post-contemporary times. A qualitative approach was used as a method, based on bibliographic research, which raises salutary questions for the consolidation of this research. The

¹ Psicóloga pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO), Mestre em Psicologia (UNIFOR), Especialização em Psicologia Aplicada à Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA), formação em Avaliação Psicológica, estudos e pesquisas desenvolvidas no escopo da Psicanálise, Gênero e Sexualidade. iasminnyloiolapsi@gmail.com;

² Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Instituição de ensino Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Mestranda em Psicologia - UNIFOR. Membro do Laboratório de Psicanálise, Cultura e Subjetividade. psi.barbaracosta@gmail.com;

³ Professor Doutor, Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Coordenador do Laboratório de Estudos em Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEPUS); Editor da Revista Subjetividades do PPG Psicologia da Unifor; Doutor e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará; Membro do Grupo de Trabalho da ANPPEP. leonardodanziato@unifor.br.

study in question was conducted using the theoretical framework of psychoanalysis. The discussion about transidentities, through the psychoanalytic approach, needs to be in an open field and attentive to sexual differences, always trans-disciplinary listening and considering that the subject who comes to the clinic goes beyond the logistics of biological and/or social categorizations. Thus, listening to them from the perspective of non-binary clinical practice is necessary and trans-changing.

Keywords: Clinician. Gender. Non-binary. Psychoanalysis. Transidentities.

Introdução

A clínica psicanalítica da pós-contemporaneidade precisa incorporar no seu fazer clínico uma Psicanálise que se desfaz das concepções que fundamentam as diferenças sexuais a partir da noção binária dos sexos, tornando-se, assim, uma Psicanálise da pós-transexualidade, desfazendo-se da noção de transexualidade fomentada pela Psiquiatria, e que está vinculada a tal distinção binária entre os sexos (Ayouch, 2015).

Essa distinção binária dos sexos, concebe o pensamento de que antes mesmo do bebê nascer, seu corpo já é constituído dentro de uma lógica discursiva específica, na qual atribui-se um sexo ao sujeito em formação que, por sua vez, não simplesmente o revela, já o produz, interligando a sua existência à materialização do corpo através desta diferença anatômica observada pelo olhar (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2023).

Porém, esta dimensão do olhar remete a um imaginário irreduzível. Como é endossado pela própria Psicanálise, as conexões do ver, do tocar ou de qualquer atestação sensível não correspondem ao imediatismo natural da percepção, “mas à multiplicidade das inscrições imaginárias e simbólicas pelas quais o corpo é psiquizado e simbolizado” (Ayouch, 2014, p. 4). O sujeito só percebe o corpo próprio e o corpo do outro por meio de uma certa simbolização do seu desejo, bem como pelo modo como aborda o corpo a partir da estruturação da fantasia (Schneider, 2004).

Diante disso, pode-se aferir que a concepção de sexo pautando-se em uma diferença anatômica, que nasce a partir do saber psiquiátrico, vem como consequência de uma perspectiva política e historicamente construída sobre os corpos e subjetividades, na qual o dimorfismo sexual é compreendido como um produto cultural que dá ênfase as diferenças biológicas, objetivando sustentar uma hierarquia estabelecida ao longo da história (Laqueur, 2001).

Para Butler (2005), a oposição entre sexo e gênero não é pensada conforme o modelo simplista de um divórcio entre natureza (sexo) e cultura (papel de gênero). Este modelo não deixa de fundar a construção social do gênero sobre um substrato de identidade biológica, e, embora historicize a diferença entre os gêneros, mantém uma diferença naturalizada entre os sexos. Como o gênero, o sexo é também uma construção cultural e histórica: a anatomia não é um destino, mas uma fabricação histórica.

Butler (2015) ressalta que tanto o sexo quanto o gênero são construções moldadas pela cultura, história e sociedade, dado que o gênero engloba a estrutura de formação e estabelecimento das categorias de sexo e compõe uma série de elementos discursivos e culturais que contribuem para a criação de um conceito de “sexo natural/biológico” em um domínio presumivelmente anterior à cultura. Dessa forma, o sexo exerce um papel primordial na construção da distinção binária de gênero através de suas práticas reguladoras que estabelecem conexões entre sexo, gênero, sexualidade e desejo (Ayouch, 2020).

Assim, o conceito de transgêneridade proposto por Bernini (2012) engloba pessoas que não se identificam com o gênero atribuído a elas no nascimento, ultrapassando as categorias de gênero tradicionais, incluindo os gêneros não-binários, que podem adotar uma variedade de identidades. Essas pessoas não se limitam a ser exclusivamente homens ou mulheres, mas exploram formas diversas de identificação de gênero, como neutralidade, ambiguidade e multiplicidade (Dos Reis; Pinho, 2016).

As transidentidades não-binárias, em seu universo, abrangem algumas dessas identidades que produzem certa “desorganização das regras que governam sexo/gênero/desejo” (Butler, 2015, p. 54), desafiando a estrutura dicotômica masculino/feminino. Nesse sentido, “pessoas não-binárias vivenciam diversos processos violentos de apagamento, invisibilização, marginalização e exclusão” (López-Gómez; Platero, 2018, p. 37).

À medida que os fenômenos e discursos sociais vão mudando, o modo como as pessoas se relacionam e se identificam tendem a fazer o mesmo, determinando, assim, a emergência de novas identidades sexuais e de gênero, revelando-se a natureza instável e fluída dos sujeitos da pós-contemporaneidade, assim como das próprias identidades. Tal fato tem sido frequentemente interpretado como problemático e perturbador, acarretando implicações que inquietam um setor conservador tanto do ponto de vista social quanto acadêmico e profissional no Brasil, que considera a diversidade identitária como desestabilizadora e uma ameaça à integridade e coerência dos seus conceitos, valores e modos de vida (Podestá, 2019).

Levando-se em consideração às discussões supracitadas, evidencia-se o quanto as pessoas não-binárias enfrentam inúmeras violências e adversidades, devido à falta de reconhecimento de suas identidades, expressões de gênero e orientações sexuais. Isso traz à tona os efeitos prejudiciais das normas rígidas de gênero, as quais restringem a livre expressão e exigem conformidade diante de parâmetros e protótipos sociais que engendram o sujeito, colocando a postos as condições mínimas da existência dele, em sociedade, com dignidade (Chinazzo *et al.*, 2019).

Tais fatos vão intensificando as dificuldades enfrentadas por estas pessoas, a ponto de resultar no isolamento e exclusão dessas que, por sua vez, veem oportunidades de vivenciar plenamente suas identidades e relações serem limitadas, culminando em processos de discriminação e violência que causam profundo sofrimento psíquico (Da Costa, 2020).

Nesse sentido, discutir as transidentidades e o não-binarismo, na prática clínica psicanalítica, faz-se importante e serve à uma renovação da Psicanálise, além de tornar possível um olhar mais singular e mais atual, levando em consideração os tempos pós-contemporâneos e as múltiplas experiências no campo da orientação sexual dos sujeitos não-binários.

Como levantado por Simakawa (2015, p. 46), “[...] falar sobre estas diferenças de corpos e identidades de gênero sem as desumanizar, patologizar e exotificar – sem as colonizar, enfim – é um desafio significativo”. Reconhecendo, entretanto, as possibilidades de cuidado a um grupo marginalizado, como pessoas não binárias, podem-se pensar também a escuta como um auxílio no processo de socialização e individuação desses indivíduos frente às tantas violências que permeiam suas vidas.

Desse modo, esta discussão pode possibilitar ao sujeito que busca ser escutado à partir da clínica psicanalítica, um espaço de fala mais ético e menos segregacionista, haja vista que esse sujeito, em conflito com as suas constituições sociais, indenitárias e biológicas, precisa de um apoio eficaz que seja ponte para que ele próprio se construa para além do corpo biológico e/ou da orientação sexual que, ao se despir de forma gradual do “ideal do eu”, possa reconfigura-se psiquicamente, de forma mais saudável, para retomar e construir uma nova estrutura psíquica, dotado de um investimento libidinoso voltado para si mesmo, onde seja possível compreender que sua organização enquanto sujeito, está para além do corpo físico, anatômico, e da orientação sexual do categorizado e dito como “normal” (Freud, 1914).

À medida que o analisando encontra um espaço que não o enche de mais questionamentos, mas sim possibilita a auto compreensão das suas questões subjetivas e sociais,

constrói-se uma clínica que ultrapassa a barreira antiquada da patologização, e que se coloca acima de crenças pessoais, classes e estereótipos sociais e de poder, passando a ocupar um lugar de escuta digna, ética e metodicamente instrumentalizada pelo saber técnico, real, humano e científico (Cavalheiro, 2019).

Em “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, Freud (1996d) subverteu os esquemas tradicionais sobre a sexualidade humana, quando endossou uma distinção da norma reprodutiva heterossexual enquanto ideal de normalidade psíquica estabelecida pela psiquiatria, “construindo seus contrapontos principalmente a partir da conceituação da pulsão sexual e dos estudos das chamadas perversões” (Ayouch, 2014, p. 38). Embora tenha explorado a sexualidade para além da norma biologizante, o dispositivo médico da diferença sexual deixou seu legado na história da Psicanálise, pois Freud ainda categorizou, sob uma lógica normativa, o modelo da diferença sexual por várias vezes em sua teoria (Ayouch, 2020; Lima; Vorcaro, 2020).

Na tentativa de contestar a normatização das categorias homem ou mulher, julgadas como universais, Ayouch (2019) relata que existe uma capacidade híbrida de relacionar outros discursos vinculados à temática gênero e a sexualidade com à Psicanálise, atravessando conceitos e a epistemologia desde de suas origens, uma vez que não faltam diálogos com diversos outros campos do conhecimento.

O autor salienta também que o fenômeno da transferência, sendo o coração da prática clínica psicanalítica, encontra-se dentro desta hibridez, “pois é mútua e ambos saem transformados do encontro analítico” (Junqueira, 2017, p.17). Desse modo, tal hibridez encontra-se favorável a uma mútua transformação, “um devir gradativo que surge do encontro com a diferença” (Martins, 2022, p.42).

A hibridez é uma abertura na transformação que precisa ocorrer no espaço clínico, onde as transidentidades apontam a necessidade de reposicionamento dos arcabouços teóricos, para a promoção de uma participação ativa e direta das pessoas transidentitárias, objetivando a desconstrução dos efeitos patologizantes, advindos de tais concepções teóricas e do meio social. Essa mudança tornar-se-á possível em virtude do processo da transferência e contratransferência que precisam ocorrer na clínica analítica, questionando as elaborações que circundam as transidentidades sobre a ideia do que vem sendo nomeado, “os chamados transtornos de identidade de gênero ou disforia de gênero no campo da psicanálise” (Martins, 2022, p.43).

O processo da transferência e contratransferência, nesse sentido, é uma forma de possibilitar na conjuntura do espaço clínico uma preocupação em não negligenciar as experiências das transidentidades, e não se preocupar em estabelecer uma “cura” motivada pelas constantes discriminações que essa população passa, e que muitas vezes são proferidas por profissionais de saúde mental (Ayouch, 2019).

Nesse sentido, as transidentidades evidenciam o ponto cego das teorias binárias, já que trazem à tona questionamentos sobre a necessidade de se ter um novo espaço teórico-metodológico que seja aberto a diálogos fomentados por esta população, que possa reconfigurar as teorias defasadas e engessadas que estabelecem efeitos patologizantes, reposicionando tais discursos (Ayouch, 2015).

Por exemplo, seria importante olhar para a contratransferência provocada pelas questões transidentitárias na clínica e pensar junto com as pessoas trans, a conjuntura dos transtornos de identidade de gênero ou disforia de gênero no campo psicanalítico. Frequentemente, “equipes de profissionais de saúde mental se preocupam em curar uma experiência transgênera patologizada e negligenciam os transtornos motivados pelas discriminações” (Ayouch, 2015, p. 27).

A contratransferência pode ser entendida como “um conjunto de reações inconscientes do analista em relação ao analisando, sendo este último particularmente associado à transferência” (Laplanche; Pontais, 1996, p. 102). Sobre esse conceito, Winnicott (1993) evidencia a relação entre analista e paciente, abordando que o analista precisa estar em análise para fortalecer, sem contaminações pessoais, o trabalho analítico. Para Winnicott, “a análise do analista visa entender e controlar essas reações inconscientes em relação ao paciente” (Dos Santos; Lima, 2017, p.32).

José Stona aponta que ter conhecimento é um risco, mas não conhecer é mais arriscado ainda, no sentido das distorções que são provocadas na clínica das transidentidades, e reconhecer a falta de conhecimento, por parte dos analistas, é uma abordagem ética apropriada, especialmente quando é possível se deparar com interpretações equivocadas em termos contratransferenciais, levando-se em conta as demandas específicas de gênero vivenciadas pelos analistas. Por isso, é imprescindível adotar uma escuta ética e empática que incorpore aprendizado compartilhado, proporcionando reflexões saudáveis e autonomia ao paciente, frente às violências, “uma vez que quando os analistas não reconhecem suas limitações, se contribui para com essa violência” (Stona, 2020, p.42).

Diante disso, faz-se necessário subverter o binarismo de gênero e estudar o gênero em Psicanálise pelo viés da desnaturalização de verdades estabelecidas, entendendo e assimilando as múltiplas possibilidades que ultrapassam as barreiras enjauladas pelo binarismo, haja vista que é no rompimento dessas normativas que as pessoas não-binárias encontram espaços e ressignificam modos de ser e de existir no mundo, recriando combinações e remanejando corpos e desejos (Preciado, 2018).

O presente trabalho objetiva discutir diferentes perspectivas de atuação na clínica psicanalítica no que se refere às questões transidentitárias não-binárias, a fim de explorar os desafios do fazer analítico nas multiplicidades em que é experienciado o gênero, as questões epistemológicas e culturais que circundam as transidentidades na pós-contemporaneidade, no tocante aos atendimentos clínicos dessas pessoas.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir as transidentidades sob um viés da Psicanálise contemporânea e da teoria de gênero na tentativa de impulsionar novos olhares para um fazer clínico não binário, endossando questões epistemológicas e culturais que circundam as transidentidades, as questões de gênero e das diferenças sexuais na pós-contemporaneidade. Para conseguir dar conta dessa problemática se sustenta em uma discussão sobre as transidentidades e a diferença sexual em paralelo com a teoria de gênero, utilizando autores que corroboram para essa discussão, a fim de termos um fazer clínico que perpassasse as questões psicopatologizantes, e trabalhe sobre tudo com o sujeito sob o viés psicanalítico.

O estudo em questão foi conduzido a partir do aporte teórico da Psicanálise. De acordo com Delorenzo et al. (2000, p. 17), a escrita para o psicanalista "é tentar dominar uma experiência difícil de dizer, seja por seu efeito de excesso ou pela impressão de um vazio. É tentar apoderar-se de algo, cercar, imprimir, inscrever, tanto o que o obceca, como o que lhe escapa". Assim, pode-se inferir que tal escrita é conduzida pela experiência do não-dito a partir daquilo que pode ser percebido pela linhagem, a partir das discussões verbalizadas e não verbalizadas, respeitando o sujeito e sua subjetividade em suas diversas formas de dizeres e de silêncios (Fulgencio, 2013).

Analisar psicanaliticamente o conhecimento fomentado pelo real, no fazer clínico, ofertado pelo Outro, trata-se de um método que singulariza a palavra e analisa (...). Sabe-se que a Psicanálise, como método, não se apoia em um conhecimento geral sobre o real, mas objetiva à apropriação do que é oferecido pelo Outro, entretanto de modo singular. (...) Toda e qualquer pesquisa em Psicanálise é, em sua essência, uma pesquisa clínica, pois se há um campo de

pesquisa em Psicanálise, este campo é o inconsciente, que inclui o sujeito (LIMA, 2014, p. 177-178). Segundo Freud (1996a), a Psicanálise, ao passo que é uma pesquisa dos processos psíquicos inconscientes, é também um método de tratamento e uma ciência que se constrói a partir do próprio método.

Assim, esse trabalho teve como fundamentação teórica textos e autores da Psicanálise como Freud (1996d), e Butler (2003), alinhando e desalinhando discussões em torno da teoria de gênero com a teoria psicanalíticas, entre outros. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura com caráter descritivo e bibliográfico. A revisão narrativa é construída a partir de estudos com embasamento teórico e empírico, dentre eles estão os artigos, revistas, livros, que são analisados e discutidos pelo autor de forma qualitativa no tocante aos resultados. É um estudo onde é possível compreender múltiplas problemáticas de forma amplificada. Esta síntese de conhecimentos adquiridos a partir dos temas analisados induz ao surgimento de novas dúvidas favorecendo a realização de novas pesquisas e trabalhos (Zanardo et al., 2017).

Embora se tenha trabalhado, nesse texto, com palavras-chave para além da Psicanálise, como “gênero”, “transidentidades”, e “pós-contemporaneidade”, nosso construto foi pensado para que pudéssemos refletir, problematizar e trabalhar em uma concepção de espaço clínico analítico, científico e coerente com as multifaces do sujeito pós-contemporâneo, respaldando-se sempre na ética e diversidade, já que um dos objetivos dessa escrita é busca construir um fazer clínica, psicanalítico, acerca das transidentidades, que se faça em uma posição para além de um olhar psiquiátrico e/ou patológico, na intenção de fomentar uma espaço social e subjetivo que proporcione mais dignidade na vida dos sujeitos trans.

Desse modo, esse trabalho teve como objetivo central, a construção de discussões, inicialmente, sobre as transidentidades e a diferença sexual, onde foi possível descrever sobre pontos que correlacionam a Psicanálise com as questões de gênero na pós-contemporâneas de forma epistemológica, e em seguida foi possível percorrer, de modo sucinto, sobre a clínica psicanalítica no âmbito de atuação da diversidade de gênero, pensando em uma clínica “desbinarizante”, trazendo assim a relação posterior com a Psicanálise que não pode se prender ao sujeito considerando apenas a sua estrutura e principalmente ao que foi posto anteriormente pela medicina, que seria um sujeito psicopatológico em relação a diferença dual sobre a questão feminina e o masculino.

As Transidentidades e a Diferença Sexual

As experiências e os mais diversos fenômenos que abrangem o travestismo, a transexualidade, a intersexualidade, as construções não binárias de gênero, a fluidez de gênero e a performatividade *drag queen*, não raro são elencadas sob o termo das transidentidades no âmbito dos discursos de resistências e abjeções.

Se, por um lado, essa compreensão ampla da noção coloca o campo da transgeneridade e das transidentidades em uma logística epistêmica e enquadrada nos estudos que fundamentam a teoria Queer (ALÓS, 2020), em outras situações, favorece a sistematização, definição e classificação de regimes de normatização, e de hierarquização, haja vista a necessidade social de nomear e categorizar o funcionamento sexual do sujeito e os trilhos do seu desejo em alguma dessas categorizações supracitadas. O uso do termo “transidentidades” se relaciona com as identidades e práticas transexuais, ou seja, a forma como o sujeito travesti ou transexual se identifica enquanto sujeito dotado de uma identidade subjetiva e social, em diversas variedades de outras posições (trans)gêneras (Hines, 2007).

Para Alós (2021) o termo transidentidades é utilizado para designar a quebra no paradigma que envolve o binarismo no campo dos gêneros e na proliferação dos discursos normativos, que consideram a impossibilidade de um sujeito se constituir subjetivamente de modo contrário ao que as suas características biológicas o definem, como se fosse inconcebível o indivíduo possuir uma constituição identitária distinta daquela que o seu corpo biológico determina.

Dessa forma, impõe-se o biológico como uma homogeneizante anúncio do corpo próprio que precisa apenas ser seguida, como uma norma sociopolítica e biopolítica. Esse termo foi criado pela socióloga Boedeker, e ela reconhece as transidentidades como sendo um conglomerado social e político do que se conhece por transgênero e transexualidade, propondo o rompimento com atribuições normativas e evitando a patologização, a debilidade e as inúmeras faltas e falha que coabitam o modelo cisgênero (Borba, 2014).

O fato da transexualidade ser identificada como uma doença – uma vez que essa configuração ultrapassa todo e qualquer padrão normativo – sempre existiu para além do cumprimento das normas e de um sexo biológico a ser introjetado. E, para tais transformações e necessidades que estavam no campo da constituição identitária do sujeito, foi preciso uma

nova nomenclatura que provocasse uma ruptura nos padrões preestabelecidos. Daí o endosso ao termo transidentidade (Borba, 2009; ALÓS, 2021).

Nesse sentido, vale salientar que o corpo é a marca visual dos travestis e transexuais. É a materialização da forma como eles se identificam subjetivamente e socialmente. As marcas das suas vidas, das suas existências, bem como as suas experiências estão localizadas em cada curva e em cada performance externalizada a partir da sua representação corporal. É a partir das trans-formações que eles desejam intensamente, que é possibilitada a sua existência em vida, e é assim que eles lutam por serem inseridos no contexto social, de modo geral, dignamente (Louro, 2004).

Esses grupos reinventam seus corpos e se defendem a partir das suas representações subjetivas e corporais. São sujeitos que se realinham aos seus desejos sexuais e sociais a todo momento, com intuito de resistir e sobreviver às prerrogativas das normas reguladoras de gênero e sexualidade, que são impostas pela cultura. Dessa forma, os sujeitos trans naturalizam e reproduzem sua feminilidade assumindo performances e aspectos correspondentes ao sujeito e ao corpo feminino que conseguem conceber em sua subjetividade e nas reproduções corporais (Longaray; Ribeiro, 2016).

De acordo com o que foi exposto anteriormente, a caracterização dos sujeitos trans torna-se alvo de preconceitos e de violências, por não se adequarem e seguirem uma conduta normativa diante da sociedade contemporânea. Não se faz diferente dos discursos reproduzidos quando, ainda hoje, por parte da Medicina, da Psicologia e da Psicanálise, esses corpos são percebidos como adoecidos, diagnosticados e identificados como sujeitos patológicos, comumente alvos da pecha “disforia de gênero”, por conta do sujeito trans não se identificar com o corpo e genitália de nascimento, ou seja, com o seu biológico primário. Estes passam a ser objetos passíveis de investigação, pois vão contra o evidenciado pela heteronormatividade (Longaray; Ribeiro, 2016).

Além disso, a conjectura de representar-se a partir de uma identidade feminina pode, intencionalmente, excluir sujeitos que não se enquadram nas exigências normativas dessa categoria. Imbuindo-se da ideia da concepção do que vem a ser “mulher”, como definir quem é “a mulher” e quem pode ser “mulher”? A partir de que essas presunções se constituem? Independente da resposta, a definição impulsionará o percurso para chegar em um enquadramento identitário, concernente às relações engendradas pelo sistema de poder-saber (Foucault, 2013) ao que o feminismo pretende se opor.

O poder se vincula intrinsecamente ao saber. Como nós representamos, as formas pelas quais identificamos os sujeitos nas relações pessoais e/ou sociais, são efeitos da implicação entre poder e saber e suas transformações históricas (Candiottto, 2013). O sexo ao qual pertencem um sujeito, não pode funcionar apenas como objeto do conhecimento, sendo analisado como um corpo externo ao poder ou anterior ao que se julga saber sobre ele. O sexo é também um produto da relação poder-saber que pode ser assimilado ao entendê-lo como um objeto que tem caráter histórico e que pertence a uma rede de práticas em exercício que ao descrever, classificar e analisar objetos, acabam por constituí-los.

Assim, o sexo, o corpo, e o sujeito em toda a sua conjuntura micro e macro, necessitam ser afirmados com causas naturais e efeitos provenientes do próprio meio identitário que também o constitui, haja vista que existir é também uma estratégia em resistência social. Ser quem se é atravessados pelos discursos que se materializam em sociedade, é também uma assimilação com as relações que estão diretamente implicadas no social (Foucault, 1993).

Comumente, a sociedade concebe os discursos de gênero apenas em cima das concepções biológicas e do que se apresenta enquanto corpo físico. Butler (2003), assim como Foucault traz discussões acerca do conceito de gênero e explica as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo sob uma ótica específica do poder e do biopoder.

Neste sentido, a autora propõe que o gênero pode ser produzido a partir do discurso, a partir das relações de poder, intrinsecamente vivenciadas nas restrições heteronormativas. O gênero requer ser compreendido como transitório, relacional e contextual, em contrapartida os discursos de gênero atuam em busca de coerência cultural sobre o sujeito que precisa seguir o que é atribuído pela sociedade, ou seja, o gênero culturalmente se constitui a partir da domesticação da docilização desses corpos.

Para tanto, a sexualidade humana vem apresentando inúmeras diversificações nas suas mais diversas experiências de vida na humanidade, mesmo sendo ainda vetada pelos determinantes morais da sociedade. E, para que seja possível também pensar nos pressupostos dessas manifestações, é importante olhar para o campo de atuação da Psicanálise e perceber o quanto ela contribuiu e contribui para que possamos compreender o manifesto da sexualidade como algo que está para além do determinismo moral, porém torna-se imprescindível endossar tais conceitos longe de uma perspectiva patologizante e binária (Souto et al., 2016).

Através do dispositivo de sexualidade, a identificação sexual pode instaurar-se como uma via para a inscrição da subjetividade, da individualidade em uma ordem sexual

totalizadora, podendo o indivíduo concreto situar-se segundo padrões de normalidade sexual, subjetivando-se segundo uma certa organização de sua experiência, conforme os códigos dos saberes legitimados sobre o sexo – sobre a sexualidade, tomada como dimensão fundamental do humano. Compondo, como parte, conjuntos/cadeias totalizadoras/conformadoras da ordem do sexual (Foucault, 1995).

A teoria freudiana, encorpou escritas que corroboram na construção “dos desvios” desses determinantes, sejam nos comportamentos, nos objetos, ou nos objetivos sexuais. Freud (1996d), apresenta seu pensamento acerca da bissexualidade da criança, em 1996e, as teorias sobre a diferença entre a anatomia e os destinos sexuais, e em 1996c, também apresenta o Complexo de Édipo. Já Lacan, em sua releitura a obra de Freud, vem contribuir com a compreensão acerca da importância do uso da linguagem, em que descreve a fantasia e as teorias das “identidades sexuais” e “diferença sexual”, que é percebida como uma construção simbólica das relações e significantes apresentadas pela enunciação com e pelo corpo mediante o desejo.

Com a Psicanálise, como já mencionado de outras formas, percebemos ainda que a teorias apresentadas e outras, contribuem ainda para os movimentos militantes, assim como os inscritos de Judith Butler (2003), que também criticam e apontam para os desdobramentos da ideia contra os papéis de gêneros construídos socialmente sobre o feminino e masculino na sociedade.

Nas discussões freudianas em relação à feminilidade e masculinidade, tem-se que a anatomia do sujeito não é o fator determinante para a escolha sexual, e em meio a este enquadre, trazemos assim a transexualidade, que foi também transformada em meio as suas nomenclaturas, mediante ao fator determinante, chamado “medicina”, que no início se referia ao termo transexualidade como “transexualismo”. Nesse período foi quando surgiu a ideia mediante ao avanço tecnológico da “correção de sexo” (Castel, 2001).

Freud (1996b), ao explorar sobre a constituição da feminilidade e masculinidade em sua conferência sobre a feminilidade, elabora que a constituição da feminilidade e masculinidade é uma característica desconhecida que foge e independe da anatomia. Assim, ao pensarmos no transexual, temos o engodo que este, para resistir ao sofrimento da desidentificação com o sexo de nascimento, acaba apresentando uma essência a sua identidade.

Para Souto et al. (2016), o enredo da lógica da sexuação não se trata de uma questão binária, homem/mulher ou de papéis que ocupem essa dualidade, mas sim da escolha que o

sujeito faz mediante sua inscrição na função fálica, em que marca a posição subjetiva em relação ao gozo do Outro, que existe sob a ótica do fantasma da não relação sexual. Se “homem” é sinônimo de sujeito universal, à mulher é interditado ao campo da subjetividade; sem representatividade discursiva própria; destina-se a ela, segundo Irigaray (1977), o papel de mãe e o recurso da mascarada - saídas falicizadas e não femininas.

Nesse contexto, é possível visualizar tanto a partir da Sociologia, quanto da Antropologia que aquilo que é chamado de feminino e masculino, está totalmente distante de ser o que se é visto nos fenômenos ditos “naturais”, nos elementos calcados em anatômico-biológico, e que acabam dependendo mais das construções socioculturais, na medida em que tais noções se subscrevem no social e cultural (Cercarelli, 1999).

Essas formas culturais de produção de inteligibilidade cultural, pode ser percebida como a própria teorização psicanalítica, que sendo um dispositivo de linguagem, também produz aquilo que teoriza e circunscreve como masculino e feminino. Ou seja, performativamente, “a Psicanálise também cria realidades inteligíveis de gênero e, ao criá-las, produz também aquelas e aqueles que estarão à margem de suas teorizações, que não se enquadram nos ditames das normas, que podem ser facilmente excrementados das conceituais do que é dito como natural e normativamente desejado, que são os sujeitos abjetos” (Porchat, 2014a, p.176).

Assim, uma das formas que produz as questões socioculturais, que acabam se tornando preconceituosas, também acaba produzindo a teoria psicanalítica, que por ser um dispositivo de linguagem, produz também a inscrição daquilo que se circunscreve, ou seja, o que seria feminino e masculino, performando realidades inteligíveis sobre gênero, que ao criar esse efeito, produz também aqueles sujeitos que estão “à margem” de suas teorizações, que são eles, os sujeitos abjetos (Porchat, 2014a).

Se os sujeitos são instituídos por oposição aos abjetos, a partir do que se impõe o contexto da heteronormatividade, é imprescindível trocar a ontologia do sujeito por uma política do humano e do seu reconhecimento. É dentro dessa questão do reconhecimento do humano, fora de categorias pré-estabelecidas de inteligibilidade, que Porchat (2014a, p. 59) pensa as transidentidades, levando-se em consideração as experiências de ser trans a partir da ética da Psicanálise, investigando algumas acepções teóricas do tipo: “Deve a Psicanálise escutar as transidentidades a partir de alguma categoria ontológica generalizável? Quais as consequências de uma teoria psicanalítica sobre as transidentidades que parta da

transcendentalização a-histórica da “diferença sexual”? A transidentidade é uma questão identitária?”.

Para tanto, destacaremos ainda acerca da ideia da questão da diferença sexual na atualidade, para que assim possamos tecer de forma mais específica o desdobramento dessas questões postas nos últimos parágrafos. Pois a psicanálise em seus primórdios até os dias atuais, também acabou participando da época na qual a sociedade patologizava os corpos e o gênero, não no sentido afirmativo aos ideais societários, mas subvertendo a concepção posta para dar espaço a o sujeito em seu um a um no espaço clínico (Souto et al., 2016).

Falamos que a psicanálise também acompanha as influências da sociedade, pois Freud (1996d), chegou a escrever que a “anatomia seria o destino”, mas entendendo que seriam ainda necessários que fossem convocadas novas proposições para tal confirmação, pois eram necessários mais números.

Já nos escritos dos anos de 1996d, de Freud, em uma nota de rodapé, descreve que a “feminilidade e masculinidade, não são encontradas nem no sentido psicológico, nem no sentido biológico” (Freud, 1996d, p. 208), pois com a teoria inicial do dispositivo da bissexualidade, a feminilidade e masculinidade, acabam aparecendo de forma incerta.

Como forma de pensar em uma psicanálise atual e pautada nas desconstruções de gênero e de patologia, vale pontuar o que Porchat (2014a), defende, ao também estudar Butler, que a psicanálise que tem o objetivo de escutar os chamados “gêneros minoritários”, necessita ressignificar desconstruindo as categorias metapsicológicas de “homem” e “mulher”, como a própria teoria do “complexo de Édipo”, “diferença sexual” e “simbólico”. Pois permeiam uma construção circunscrita por enlases de uma relação linguística histórica. A grande questão é não utilizar tais proposições como uma narrativa para utilizar o estudo como um ponto categorizante, pois os sujeitos necessitam ser escutados sem encaixes dentro da normativa de um sexo/gênero, estrutura ou nosografia (Porchat, 2014a).

Pois estamos diante da ética da Psicanálise, que vai apontar qualquer escutar nova, como algo novo. Pois é daí que renasce uma experiência clínica para novas discussões, não o contrário. Nesse sentido, podemos ter a proposição de não pensarmos como uma “homossexualidade”, mas sim “homossexualidades”, ou mesmo também as “transexualidades”, que se adequam a forma mais próxima da própria Psicanálise e as transidentidades, que não é única e nem se pauta em uma categoria alienante, tão pouco patologizante (Porchat, 2014a).

Para a teoria de Butler (2010), o sexo seria uma das vias pela qual um sujeito se torna viável, é algo na qual qualifica um corpo para a vida, algo do interior da dominância cultural, e que assim percebe ao invés das diferenças em relação aos gêneros serem um efeito da diferença do próprio sexo, o sexo é que seria o efeito do gênero.

A Psicanálise e as Teorias de Gênero em uma clínica “Desbinarizante”

A relação existente entre as teorias de gênero e a Psicanálise é repleta de ressentimentos, uma vez que muitos psicanalistas se posicionam contra essa interlocução, pois esse movimento das teorias de gênero promoveria, segundo alguns psicanalistas, uma “sociologização” da Psicanálise, além de apresentar uma ameaça ao real lacaniano, já que negariam a famosa diferença sexual (Ambra, 2018).

De acordo com Cunha (2021) a relação dos psicanalistas com as dissidências de gênero é circunscrita em um contexto de aproximações e discórdias, convergências e divergências essas que desempenham muitas vezes em um estranhamento, um julgamento moral que acaba por insistir na classificação diagnóstica. Como ressalta o autor, pensar a relação entre transidentidades e Psicanálise confere “um exercício antes de tudo político e ético, na medida em que se deve deixar claro de qual lugar escutamos as dissidências de gênero” (Cunha, 2021).

Nesse sentido, não iremos nos posicionar sob tal perspectiva da “sociologização da psicanálise”, haja vista que “se trata de um movimento antifreudiano, já que o fundador da Psicanálise postulou que não há uma separação entre o social e o individual” (Freud, 2011). Os estudos Queer e sobre gênero “teriam cometido o pecado de tocar o sacrossanto tema da sexualidade, que, durante quase um século, esteve sob a tutela da Psicanálise”. Assim, devido uma falta de elaboração de um luto, as teorias psicanalíticas “encaminharam-se para si mesmas, em um embotamento, onde ficaram cegas a toda interlocução e intersecção possível com outros campos de produção de conhecimento (Ambra, 2018, p. 45).

Interlocuções e divergências estas que se iniciam desde a formação primária dos psicanalistas, que é permeada por diversas tensões que persistem até os tempos atuais, exercendo influência sobre a configuração dos espaços institucionais nos quais elas se desenrolam, conhecidas por se configurarem como um processo educacional e técnico que ocorre em um contexto institucional específico, representando um dos pilares estruturais mais intrincados dentro do âmbito psicanalítico (Marazina, 2015).

Os estudos de gênero são como “um campo de silêncio do currículo oficial” (Paraíso, 1997, p.24), pois no processo de formação acadêmica, essa área do conhecimento continua recebendo pouco reconhecimento no que diz respeito às outras áreas de formação, “de modo que suas produções teóricas vêm sendo constantemente deslegitimadas a partir de uma justificativa conservadora de que política não cabe à ciência” (Paraíso, 1997, p. 92).

Na faculdade, a gente vê só um pequeno pedaço de todo um infinito de conhecimento né, então é a gente que tem que buscar, é da gente que tem que partir esse desejo né... é... então acredito que esse é um ponto assim que pesa muito na clínica né... a gente tem que buscar, a gente tem que ir atrás. Então, as demandas vão surgir e essas demandas elas vão necessitar esse estudo, vão necessitar essa pesquisa, vão necessitar desse aprofundamento né. (Laplanche; Pontalis, 1996);

(...) A transmissão deveria fazer parte porque tudo que nós recebemos, nós aprendemos eu acho muito importante a gente... mandar pro mundo, né? Pra um aluno, num artigo, num projeto... Eu acho que a gente tem que beneficiar uma comunidade, eu acho que a gente tem que também estar disposto a isso. Por isso eu acho que tem que se comunicar sempre... É interessante assim, Freud sempre quis que andasse pela universidade, ele nunca quis que ficasse fechado, mas que a psicanálise entrasse pelo viés das universidades. (Richebächer, 2012)

Segundo Ayouch (2019), uma Psicanálise que só possui interesse em si mesma pode ser considerada anti-psicanalítica, pelo fato dela almejar ser ou ter uma identidade definida, confrontando a ética da transformação e do encontro com o novo e desconhecido. Ao assumir sua própria hibridez, a Psicanálise permite-se a abrir seus horizontes éticos e científicos para uma escuta de sujeitos minorizados pelos discursos dominantes, uma vez que não se fecha em si mesma e busca compreender e atentar-se ao caráter inerentemente relacional do processo analítico. Portanto, é imprescindível que os analistas reconheçam a sua própria inscrição social, como também a da teoria, “não temendo as transformações sociais, mas com elas encontrando-se e, conseqüentemente, sendo capaz de escutá-las sem um olhar sexualmente binário e/ou classista” (Ayouch, 2019; Martins, 2022, p. 23).

De acordo com Patrícia Porchat (2014a, p. 52), seguindo a concepção da desconstrução de gêneros e de patologias a partir do que endossou Judith Butler em suas teorizações, uma Psicanálise que se proponha a escutar os gêneros minoritários deve ressignificar as categorias metapsicológicas de “mulher”, “homem”, “complexo de Édipo”, “diferença sexual” e “simbólico”. Conceitos que são essencialmente produzidos mediante às circunstâncias de parentesco e de linguagem históricas, mas que, ao serem elevados a uma categoria transcendental e imune a transformações, “permitem que certa Psicanálise categorize sem

pestanejar sujeitos fora da norma sexo/gênero como psicóticos ou perversos dentro de sua nosografia”.

A divisão binária de gêneros não é algo que se sustenta mais na pós-contemporaneidade, embora outrora tenha sido um fundamento necessário ao laço social (PORCHAT, 2014b). Há uma grande diferença entre tratar os ideais e teorias como construções culturais – “portanto sujeitos a desconstruções e reconstruções – e tratá-los como verdades absolutas, universais e transcendentais”. Além da aproximação com o discurso religioso, “uma Psicanálise que se fecha às evoluções históricas e clínicas nos parece reduzir-se a um processo narcísico e autoerótico do teorizador” (Ayouch, 2015, p. 48).

Uma questão primordial que precisa ser elencada é que a Ética da Psicanálise é singular, e por isso, direciona-se para qualquer subjetividade, sendo importantíssimo ser escutada sempre com o interesse no novo e no devir do sujeito em análise. É a vivência clínica quem deve direcionar as discussões e os fazeres no âmbito metapsicológico e das teorizações, e não estas moldarem de modo violento os sujeitos em fôrmas que sirvam a seus próprios paradigmas (Miskolci, 2020).

Desse modo, como reposiciona Ayouch (2015, p.17) e Porchat (2014a, p.23) quando sugerem a substituição da categoria “homossexualidade”, “idêntica a si mesma, por outra mais plural: “homossexualidades”, acredita-se que a categoria “transexualidades” – que podem ser tão variadas quanto a das cis-sexualidades” – seria mais adequada para fomentar uma aproximação entre a Psicanálise e as transidentidades sem circunscrever estas últimas a uma expressão “transexual” única, cristalizada e alienante.

É pensar em um sujeito como pensa Lacan (1957/1958), ao reler a obra Freudiana sobre o percurso das características sobre a sexualidade. Lacan, contribui baseando-se no uso da linguagem, como uma possível forma de utilizar a fantasia e a relação com as “identidades sexuais,” e sobre a “ideia de diferença sexual”. É uma espécie de busca pela compreensão sobre esses pontos que Lacan visa uma ordenação simbólica dos significantes e as relações que foram estabelecidas pelo corpo em anúncio do próprio desejo.

Concernente às críticas aos binarismos existentes no seio da clínica psicanalítica, é relevante endossar sobre os fundamentos que trazem a concepção de que deve-se acreditar na diferença sexual, a partir de discursividades que tentam alavancar a crença de que existem distorções entre gênero, sexualidade e corpo que precisam ser consideradas. Assim, vale salientar que, ao invés das diferenças impostas entre os gêneros serem um efeito das diferenças

entre os sexos, o sexo é efeito do gênero, e este é efeito de múltiplos discursos, sendo que o gênero constrói performativas na reprodução de atos que dão um falso caráter de continuidade ao sistema sexo-gênero.

É evidente que o gênero possui uma influência *sine qua non* no campo da sexualidade. Porém, ele é, por definição, não natural, assim como o sexo (Butler, 2010). Articulando-se com esse pensamento da Butler, Porchat (2014a) salienta que não a nada por trás do gênero, enquanto essência e/ou substância, assim como não há nada também por trás da identidade, o que precisa ser levado em consideração no fazer clínico e/ou no laço social é o uso da linguagem, pois é este uso que nasce a ideia de uma substância na qual haveria apenas performatividade.

O fato é que existem sujeitos e sujeitos, por isso é necessário que se fundamentem também, na clínica psicanalítica, fazeres singulares e uma escuta para cada sujeito, independente das suas facetas sexuais, culturais e até mesmo independente das suas causas e desejos, pois pelas vias da elaboração, chega-se à transformação. Não está em pauta negar ou não a existência de mulheres transexuais e cisgêneras, homens transexuais e cisgêneros, de travestis e de pessoas intersexos, elas simplesmente estão em resistência independente de todos os pros e contras (Miranda, 2021).

Tendo como base o que anteriormente foi mencionado, a questão é que o reconhecimento da existência histórica e da eloquência política destas identidades não impede que se possa pensar e teorizar para além delas. Essa é uma das conexões entre as elaborações da teoria queer e da Psicanálise: pensar para além da identidade, num movimento que vai além das normas e do igual a si mesmo (Hansbury, 2017).

Para além do binarismo, existem múltiplas teorias que não precisam abarcar nenhuma sexualidade, nem enquadrar nenhum corpo, elas só precisam subsidiar e amparar, eticamente, o direito e a diferença de ser quem o sujeito suportar e desejar ser. Ser ou não transexual, ter ou não uma identidade trans, não significa que é preciso ter sempre à prova o desejo daquele sujeito, para montar-se dentro ou fora da norma. A regra é clara, para cada cabeça há um ser desejante e para todo desejo existe uma lei imbuída de uma reação (LEOPOLDO, 2020).

Sobre a suposta “loucura” ou “re-existência” trabalhada na clínica psicanalítica de conseguir ser ou não diferença, no fim não é nada mais, nada menos do que a causa ou a solução de ser um outro composto de tantos Outros. O que precisa ser escutado, nesse caso, parece ir de encontro ao postulado de que o sofrimento ultrapassa as barreiras identificadas nas

transidentidades. Ser ou não ser não deveria ser mais uma questão. A demanda gira em torno do que ou quem suporta o quê, ou quem sustenta quem e o quê (Leandro-Ferreira, 2015).

Considerações Finais

Levando-se em consideração as problemáticas antepostas, compreende-se que o destino sobre a discussão acerca das transidentidades, em meio a teoria psicanalítica, necessita estar em um campo aberto e atento às diferenças sexuais, sempre transdisciplinarizando a escuta, com uma demonstração sobre tudo de uma retirada de pensamentos psicopatologizantes, considerando tudo que já foi construído no passado e o que está em pauta no pós-contemporâneo, a fim de ter e conseguir sustentar um fazer clínico não-binário.

Assim, almejou-se dissertar sobre alguns conceitos que circunscrevem as transidentidades e a diferença sexual, perpassando sobre as concepções metapsicológicas que enquadram o sexo, a sexualidade, o gênero, a cultura, o masculino e o feminino, que somam anos de construção social e cultural sobre o olhar de uma doença que era narrada e ainda é, pela medicina de forma angustiante para aqueles sujeitos, principalmente, os que estão no campo do sentir de forma vivida e direta as consequências das leis considerada “normais” para muito em nossa sociedade, glorificando a heteronormatividade.

Com isso, pensando na problemática deste estudo, que se enquadra na discussão das transidentidades sob um viés da Psicanálise não-binária e pós-contemporânea, considerando os aportes epistemológicos das teorias de gênero para constituir um fazer clínico com uma escuta não-binária, tem-se que a narrativa do fazer psicanalítico necessita se estender em um campo que não vise só a estrutura, nem tão pouco conceitos que foram criados em tempos que reinava o império dos “horrores” em que o “diferente”, seria “anormal”.

A Psicanálise precisa de uma ratificação em seu fazer clínico, fundamentando uma escuta que proponha estabelecer uma produção e uma relação mais singular, levando em conta as peculiaridades vivenciadas em cada sujeito, “um a um”, não para que possa ser autossuficiente, mas para que para além disso, não necessite de uma complementação de sua estruturação enrijecida em outros saberes e práticas que já não abrangem mais o sujeito multifacetário dos novos tempos. Não que não se possa mais utilizar-se das teorias passadas, pois algumas são pilares fundamentais no fazer clínico, porém considerar a diversidade em uma

clínica não-binária, que provoque menos danos e seja mais inclusiva, é o caminho que é proposto a partir deste trabalho.

O binarismo é embriagado pela não aceitação do desejo de quem se ver, e muitas vezes não escuta aquele que quer falar, nem o que deseja ser dito, e isso didaticamente está inscrito como uma questão transcendental, e que por mais que esteja enraizado em um discurso até mesmo científico, esquece que o sujeito não vai se sustentar e se constituir somente mediante aos laços e amarrações do social/cultural, pois sobretudo o sujeito é perpassado por uma linguagem, já que o corpo do sujeito, fundamenta-se a partir da ação da linguagem, que inicialmente é alienado a outro sujeito por meio da significação, e que ao se perder em determinado momento resolve se encontrar através também da dita linguagem, atribuindo significantes e significados a sua existência.

Como descrito anteriormente, as críticas ao binarismo são reais e permeiam a clínica psicanalítica, porém para que possamos escutar o sujeito que rompe com o sentido do outro na clínica, precisa-se sustentar a ideia de que há diferenças sexuais, e que elas não se mostram somente ao feminino e masculino, mas sim a partir de outras configurações e ordens também, desprendendo-se dos antagonismos para perceber o sujeito como ele chega ao espaço terapêutico.

Assim, a proposta aqui apresentada, a partir desta escrita, é continuar os estudos e as pesquisas, dentro dessa problemática que atravessa esse trabalho, priorizando a construção de diálogos transmutadores com a clínica e o saber, a fim de possibilitar, cada vez mais, um olhar mais ético e acolhedor, visando um fazer clínico e psicanalítico multiverso, respeitando todas as categorizações e relações dos sujeitos trans-formados, trans-viados e trans-mutados pela vida e pelos desejos que os singularizam.

Referências

ALÓS, A. P. Transitoriedades, transgeneridades, transidentidades: representação e autoria trans na narrativa brasileira. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, 23, 9-23, 2021.

AMBRA, P. Gênero e identificação. *Stylus: revista de psicanálise (Sexuação e Identidades)*, n. 35, p. 43-50, 2018. Disponível em: <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/47>. Acesso em: 28 ago. 2021.

AYOUC, T. A diferença entre os sexos na teorização psicanalítica: aporias e desconstruções. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 48, p. 58-70, 2014. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01511348/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

_____. Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, n. 54, p. 23-32, 2015. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01498414>. Acesso em: 28 ago. 2021.

_____. Epilogue: Are Gender and Race Psychoanalytic Issues? *Psychoanalytic Inquiry*, v. 40, n. 8, p. 680-685, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07351690.2020.1827677>. Acesso em: 28 ago. 2021.

_____. *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Calligraphie, 2019.

BERNINI, L. Macho e fêmea Deus os criou!? A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 5, n. 06, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2326>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BORBA, R. *(Des)aprendendo a “ser”*: trajetórias de socialização e performances narrativas no Processo Transexualizador. 2014. 206 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Discurso e (trans) identidades: interação, intersubjetividade e acesso à prevenção de DST/AIDS entre travestis. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 9, p. 441-473, 2009.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de R. Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. *Troubles dans le genre: le féminisme et la subversion de l'identité*. 1990. Paris: La Découverte, 2005.

CANDIOTTO, C. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CAVALHEIRO, R. *Caos, norma e possibilidades de subversão: psicanálise nas encruzilhadas do gênero*. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CECCARELLI, P. R. (org.). *Diferenças sexuais*. São Paulo: Escuta, 1999. p.151-166.

CHINAZZO et al. A afirmação de gênero está associada à melhoria da saúde mental de jovens transgêneros e de gênero não binário. *Saúde LGBT*, v. 7, n. 5, p. 237-247, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Conselhos Regionais de Psicologia. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. *Referências técnicas para atuação*

de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+. Brasília: CFP, 2023.

CUNHA, E. L. *O que aprender com as transidentidades: psicanálise, gênero e política*. Porto Alegre, RS: Criação Humana, 2021.

DA COSTA, M. S. *Gênero e identidade(s) na contemporaneidade: os desafios do não-binário*. 2020.133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2020.

DELORENZO, R. M. T. et al. Narrar a clínica. *Percurso*, São Paulo, n. 25. 2000. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/percurso/main/pcs25/debate25.htm>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DOS REIS, N.; PINHO, R. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. *Reflexão e Ação*, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045>. Acesso em: 28 abr. 2016.

DOS SANTOS, F. A.; LIMA, E. Transferência e contratransferência: a evolução do conceito e sua prática na clínica psicanalítica. *Revista Uninga*, v. 51, n. 2, 2017. DOI: 10.46311/2318-0579.51.eUJ1347. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uninga/article/view/1347>. Acesso em: 29 ago. 2023.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Vigiar e punir*. Leya, 2013.

FREUD, S. "Psicologia das massas e análise do eu", 1921. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*, 1923. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

_____. *Conferência XXXIII: feminilidade*, 1933[1932]. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

_____. O problema econômico do masoquismo, 1924. Tradução de J. Salomão. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. 19, p. 173-188.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, 1905. Tradução de J. Salomão. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. v. VII. p.117-231.

_____. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos, 1925. Traduzido por J. Salomão. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. v. XIX. p. 274-279.

_____. O Eu e o Id, Autobiografia, 1923-1925. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996f. v. 16.

_____. *Sobre o narcisismo*: uma introdução, 1914. v. XIV.

FULGENCIO, L. Metodologia de pesquisa em psicanálise na universidade. In: Serralha, C. A.; Scorsolini-Comin, F. (org.). *Psicanálise e Universidade: um encontro na pesquisa*. São Paulo: Editora CRV, 2013. p. 25-66.

HANSBURY, G. Unthinkable Anxieties: Reading Transphobic Countertransferences in a Century of Psychoanalytic Writing. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, v. 4, n. 3-4, p. 384-404, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/23289252-4189883>. Acesso em: 28 ago. 2023.

HINES, S. *Trans Forming gender*: Transgender practices of identity, intimacy and care. Policy Press, 2007.

IRIGARAY, L. *Ce sexe qui n'en est pas un*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.

JUNQUEIRA, R. D. Ideologia de gênero: a gênese de uma categoria política reacionária ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma ameaça a família natural. In: Ribeiro, P. R. C.; Magalhães, J. C. (orgs). *Debates contemporâneos sobre Educação para sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo*: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Resistir, resistir, resistir... primado prático discursivo. In: SOARES, A. S. F. et al. (orgs.). *Discurso, resistência e...* Cascavel, PR: Edunioeste, 2015. p. 159-167.

LEOPOLDO, R. *Cartografia do pensamento queer*. Salvador: Editora Devires, 2020.

LIMA, C. G. Resenha: Literatura brasileira contemporânea: um território contestado. *Literatura: Teoría, Historia, Crítica*, v. 16, n. 1, p. 334-339, 2014. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/lthc/article/view/44339/45666>. Acesso em: 28 ago. 2023.

LIMA, V. M.; VORCARO, A. M. R. O pioneirismo subversivo da psicanálise nos debates de gênero e sexualidade. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 40, e192180, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003192180>. Acesso em: 28 ago. 2021.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Travestis e transexuais: corpos (trans) formados e produção da feminilidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, p. 761-784, 2016.

LÓPEZ-GÓMEZ, I.; PLATERO, L. ¡Faltan palabras! Las personas trans* no binarias en el Estado español. *Ex aequo*, n. 38, p. 111-127, 2018.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARAZINA, I. V. A questão da formação: um percurso histórico. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 48, n. 89, p. 245-254, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352015000200019&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2023.

MARTINS, P. G.; O espaço da diferença: a psicanálise híbrida de Thamy Ayouch. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 25, n. 1, p. 246-250, jan. 2022.

MIRANDA, M. *Paródia e (Des)Estabilizações sobre Sexo, Gênero e Sexualidade como Processos de Inteligibilidade Social*. Maceió: Editora Olyver, 2021.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP, 2020.

PARAÍSO, M. A. Gênero na formação docente: campo de silêncio do currículo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 102, p. 23-45, 1997. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/738>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PODESTÁ, L. L. Ensaio sobre o conceito de transfobia. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 11, p. 363-380, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PORCHAT, P. *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Editora Juruá, 2014a.

_____. O corpo: entre o sofrimento e a criatividade. *Revista EPOS*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.112-130, jan. 2014b.

PRECIADO, P. B. *Testo junkie - Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n.1 Edições, 2018.

RICHEBÄCHER, Sabine. *Sabina Spielrein – de Jung a Freud*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SCHNEIDER, M. *Généalogie du masculin*. Paris: Aubier, 2004.

SIMAKAWA, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUTO, J. B. et al. As vias da transexualidade sob a luz da psicanálise. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 38, p. 34, p. 187-206, 2016.

STONA, J. Ensaio para uma escuta não cisnormativa na psicanálise. In: *Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama*. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65137>. Acesso em: 18 ago. 2021.

WINNICOTT, D. W. O ódio na contratransferência, 1947. In: *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

ZANARDO, G. L. P. et al. Internações e reinternações psiquiátricas em um hospital geral de Porto Alegre: características sociodemográficas, clínicas e do uso da Rede de Atenção Psicossocial. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 20, p. 460-474, 2017.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

SILVA, Heitor Pereira França da; ALENCAR, Müller Alves; SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. Avaliação da Política Pública de Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT): A Situação do IFSertãoPE em 2021. **Id on Line Rev. Psic.**, Julho/2024, vol.18, n.72, p.17-41, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 22/03/2024; Aceito 02/04/2024; Publicado em: 31/07/2024.